

ANÁLISE DO DISCURSO LITERÁRIO PARA A REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO: viés ético

Mariana da Silva Caprioli*
João Batista Ernesto de Moraes**

RESUMO

Parte-se do pressuposto que o processo discursivo seja rico em ferramentas para decodificação de formações discursivas no discurso literário, então se objetiva observar a contribuição da Análise do Discurso Literário para a recuperação da informação de textos narrativos de ficção em unidade de informação, passando por explicações sobre a Análise do Discurso de Matriz Francesa, alguns conceitos importantes, e também qual o papel ético do profissional que o desempenha, uma vez que tem o compromisso de representar conteúdos da melhor forma para que seu usuário recupere com maior precisão, além de cumprir com outros aspectos éticos que a profissão impõe. Sabe-se que a Representação e Recuperação da Informação são processos em ambiente micro para que se chegue à Organização e Representação do Conhecimento, e esse é o universo em que a pesquisa se encaixa. As considerações finais desta pesquisa esperam ser encontradas em dissertação de mestrado ainda em desenvolvimento.

Palavras-chave: Análise do Discurso. Análise do Discurso Literário. Representação da Informação. Ética. Organização do Conhecimento.

* Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil. Integrante do Grupo de Pesquisa CNPq Linguagem, discurso e organização do conhecimento. Bolsista FAPESP. E-mail: mariana.caprioli@gmail.com.

** Livre-Docente em Linguística e Documentação pela Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, Brasil. Professor Adjunto do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, Brasil. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil. Líder do Grupo de Pesquisa CNPq Linguagem, discurso e organização do conhecimento. Bolsista de Produtividade CNPq. E-mail: prof.joao@gmail.com.

I INTRODUÇÃO

Parte-se do pressuposto que a Ciência da Informação - C.I. se articula na tríade produção, organização e uso da informação. E, para Bräscher e Café (2008), no que se refere à organização da informação, cabe a C.I. a descrição física de conteúdo dos documentos, reconhecendo esse ato como representação da informação, processo de extração de um conjunto de elementos descritivos que podem representar os tributos de certo objeto informacional.

O interesse do presente artigo se deu pelo fato de a representação da informação ser objeto de pesquisa de dissertação, e a ética estar totalmente ligada a esse processo, uma vez que se representa um documento para que o usuário

o encontre, e espera-se que o profissional que o faz deve agir de forma correta e ética para que o documento seja representado da forma mais fiel possível. Partindo disso, levantou-se o questionamento: como podemos observar a atuação ética do profissional da informação ao representar obras narrativas de ficção em suas unidades de informação? E também: a Análise do Discurso Literário - A.D.L. poderia fornecer bases para a representação mais precisa dessa informação, facilitando o trabalho ético dos profissionais?

Levando em consideração que a C.I. se trata de uma ciência social, favorece a transmissão e comunicação de informações que estão voltadas para a educação, e entre outras funções, tem a intenção de produzir

conhecimentos novos. O conhecimento se trata de um produto social, tendo a organização da informação encontrada na raiz da área, levando Barité (2001) a afirmar que a organização do conhecimento tem a intenção de dar bases teóricas para as questões que dizem respeito ao tratamento da informação, particularmente o tratamento temático, e também, de maneira mais geral, para a gestão do uso social da informação.

Vale então, ressaltar, que os processos de representação da informação estão centralizados na representação descritiva, que diz respeito à forma física do documento, e representação temática, focando na representação de seu conteúdo. Enquanto a representação do conhecimento se trata de uma disciplina que se dedica, segundo Esteban Navarro (1996), ao estudo dos fundamentos teóricos de tratamento e recuperação da informação.

Para Barité (2001), tanto informação quanto conhecimento são palavras ambíguas, admitindo inúmeros significados e ainda, que o conhecimento se trata de uma conquista subjetiva da informação. São usados instrumentos como tesouros e sistemas de classificação para representar tematicamente a informação dos documentos e, dessa forma, oferecê-la para a comunicação correta entre os indivíduos, para que se possa gerar novos conhecimentos.

A organização é dada ao conhecimento, mas este é representado pelo tratamento temático e pela extração de informações dos documentos, logo consideramos, na visão de Barité, que se organiza o conhecimento e representa-se a informação, o ponto de vista do tratamento temático (MARTINS; MORAES, 2012, p. 182).

Com tudo posto, trata-se aqui da Representação da Informação - R.I. como parte da organização do conhecimento, por tratar de um contexto da representação temática da informação, para que se possa recuperar determinados documentos em unidades de informação.

Dessa forma, segundo Guimarães (2008), a organização da informação se importa com a representação da informação, podendo-se pensar na Análise do Discurso - A.D. como parte da representação, uma vez que esta faz parte da Análise Documental, tendo recursos de extrema importância para a organização e “[...]

é constituída por uma série de procedimentos metodológicos voltados à definição do conteúdo temático de documentos com o intuito de permitir a recuperação, o acesso e o uso da informação neles contida” (MORAES, 2011, p 06).

Ainda, Guimarães (2003) já trazia que a Análise Documental abriga as etapas de análise e síntese da informação, seus maiores esforços estando, possivelmente, centrados nos procedimentos metodológicos que visam desconstruir ou decompor o conteúdo temático do documento para que posteriormente possa ser reconstruído por meio de representações documentais (MORAES, 2011). Temos então a A.D. pensada como uma proposta que venha a fazer parte desse universo e, nesse sentido, podemos pensá-la como uma metodologia com procedimentos e instrumentos viáveis para a recuperação da informação, sendo por tal motivo que utilizamos o termo representação da informação.

Toma-se a Análise Documental como base, e sua importância no sentido em que a A.D.L., como extensão da A.D., pode ser uma metodologia viável no processo de organização da informação no que tange a representação e recuperação da informação de obras narrativas de ficção em Unidades de Informação, uma vez que a A.D.L. pode trazer informações do momento de concepção do documento que não está expresso nele.

Parte-se do pressuposto que o processo discursivo é rico em ferramentas que podem decodificar formações discursivas presentes no discurso literário. Diante das inconsistências presentes no processo de recuperação da informação em obras de literatura em Unidades de Informação, propõe-se a observação da contribuição da A.D. para a recuperação da informação de textos narrativos de ficção.

As inconsistências presentes no processo de recuperação da informação não são exclusivas de textos narrativos de ficção, mas se encontram na questão de incompletudes ou desvios na representação da informação decorrentes dos fatores de erro, omissão ou inconsistência na análise posterior à representação temática de um documento.

Castañon Moreno (1992) afirma que isto se dá pelo fato de o bibliotecário ter mais preocupação em se ajustar a um sistema de classificação ou indexação, do que propriamente em desenvolver uma análise documental que permita compreender de forma completa o tema expresso no texto de uma obra (MORAES, 2011).

Ou seja,

Tratando-se de textos científicos, ou textos de ficção, o problema fundamental reside na definição – e consequentemente – na identificação do tema do documento, como forma de evitar eventuais incompletudes ou desvios caso o analista venha a desenvolver seu processo interpretativo sem a adoção de determinados parâmetros pré-definidos. (MORAES; GUIMARÃES, 2006, p. 74).

Se tratando dos textos narrativos de ficção, Beghtol (1994) expõe:

O mundo dos documentos pode ser dividido inicialmente de uma forma convencional, ou seja, as obras que surgem a partir da imaginação de seus criadores e aquelas que surgem a partir de uma faculdade racional. “Ficção” por sua vez pode ser definida operacionalmente como obras surgidas da imaginação, que são escritos em prosa narrativa. Neste contexto, a “narrativa” pode ser tomado de forma ampla para incluir discursos que avançam de algum sentido de um ponto a outro (BEGHTOL, 1994, p. 7, tradução de SABBAG, 2013).

Sendo assim, toma-se o paradigma que o texto narrativo de ficção pode incluir diversos discursos que avançam de um ponto a outro, podendo ser entendidos como uma obra onde o escritor cria criteriosamente e seleciona os termos que irão representar seu contexto escolhido, e, com isso, a A.D. dessas obras pode levar a uma representação mais adequada no âmbito da Análise Documental, com base nesta seleção e nestes critérios utilizados pelo escritor.

Sabe-se também, que esse processo de representar a informação é permeado por compromissos éticos do profissional para com o usuário, sendo o tópico seguinte uma explanação sobre tal assunto.

2 A ÉTICA NA REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO OU DO CONHECIMENTO

Sabe-se que o processo de representação da informação e do conhecimento é permeado pela dicotomia entre o compromisso em

corresponder aos usuários e suas necessidades com rapidez e precisão e a não neutralidade do profissional e dos processos de organizar e representar. Quando essa atuação do profissional é refletida nesse contexto, é onde o universo ético e moral são explorados e expostos, a ética estando ligada ao abstrato, que visa refletir e orientar as ações humanas, bem como refletir sobre elas, e a moral que se volta para a aplicação do universo ético nas questões concretas, especial e temporalmente delimitadas (GUIMARÃES; MILANI; EVANGELISTA, 2015).

A ética na representação em unidades de informação se trata de um campo complexo, pois envolve valores tanto do profissional que o faz, quanto dos problemas envolvidos com o contexto de produção das obras, por exemplo, ou o contexto em que a instituição se encontra.

Se, por um lado, a questão ética se torna cada vez mais complexa e diversificada no universo profissional das bibliotecas, por outro, acredita-se que a clareza, por parte do profissional, quanto aos valores e problemas envolvidos possa contribuir para uma minimização de dilemas éticos cotidianos, propiciando que se efetive a atividade mediadora entre o contexto de produção e de uso da informação, sem desconsiderar o contexto da própria instituição em que se situa a biblioteca (GUIMARÃES; MILANI; EVANGELISTA, 2015, p. 07).

Na área da C.I., os aspectos éticos são discutidos e abordados principalmente em termos de prática profissional, aspectos de produção e uso da informação, muitas vezes com a interferência de medidas de recuperação da informação e, ainda, entendida como relativo a um conceito genérico de bom senso e bem fazer da área (GUIMARÃES; MILANI; PINHO, 2008).

Deve-se levar em consideração que a representação em unidades de informação se trata de um processo em que o profissional precisa estar atento tanto para que a obra seja respeitada enquanto criação intelectual de outrem, bem como para que o usuário consiga localizá-la e usá-la, pois:

[...] a representação temática da informação, enquanto uma atividade que visa disponibilizar informações para todo e qualquer tipo de usuário, deve atuar de forma a que todos, sem

distinção, sintam-se refletidos nessa realidade, pois caso algum desvio seja percebido, esse usuário ou grupo deles, se afastará do sistema de informação como um todo, o qual além de não ter cumprido sua função, terá desrespeitado valores e direitos morais desse público (GUIMARÃES; MILANI; PINHO, 2008, p. 10).

Dessa forma, parte-se do pressuposto que a A.D.L. pode contribuir para a representação da informação, pois pode observar o contexto no qual uma obra foi construída e conseguir extrair melhores atributos, além de permitir observar em que termos éticos o profissional consegue representar essa informação, uma vez que poderá representá-la de forma mais específica, além de observar o papel ético da própria metodologia tratada, observando sua construção e sua relação com os objetos analisados.

Nos próximos tópicos pretende-se explicar sobre a A.D. e a A.D.L., tratando de algumas definições importantes, com a intenção de mostrar as bases teóricas do contexto. Também se pretende tratar como a A.D.L., enquanto metodologia, colaboraria para a representação da informação, baseado em seus conceitos retirados a partir do contexto na qual uma obra foi criada.

3 ANÁLISE DO DISCURSO E ANÁLISE DO DISCURSO LITERÁRIO

Os estudos de A.D. tiveram seu surgimento datado da década de 1960, quando começa a surgir a preocupação com a forma de funcionamento da linguagem, causando grandes mudanças e impulsionando tais estudos linguísticos. Surgiu, inicialmente, do estruturalismo especulativo que tem bases em trabalhos com matrizes filosóficas e ideológicas, mas vem para modificar essa estrutura, pois visa compreender o fenômeno da linguagem não concentrado apenas na língua, e sim em um nível fora disso, ou seja, o texto. Assim, Ferreira (2007) complementa:

Do ponto de vista político, a Análise do Discurso (AD) nasce, assim, na perspectiva de uma intervenção, de uma ação transformadora, que visa combater o excessivo formalismo

linguístico então vigente, visto como uma nova facção do tipo burguês. Ao lado dessa tendência revolucionária, a AD busca desautomatizar a relação com a linguagem, donde sua relação crítica com a linguística. A rigor, o que a AD faz de mais corrosivo é abrir um campo de questões no interior da própria linguística, operando um sensível deslocamento de terreno na área, sobretudo nos conceitos de língua, historicidade e sujeito, deixados à margem pelas correntes em voga na época. (FERREIRA, 2007, p. 40).

Para Foucault (1969) o discurso é concebido como uma dispersão, ou seja, é formado por elementos que não estão ligados por princípio de unidade algum, e assim, cabe a A.D. descrever essa dispersão Brandão (2004). Dessa mesma forma, a A.D. tem a finalidade de compreender a linguagem expressa em um discurso indo muito além da fala e de elementos explicitados, sendo essas linguagens construídas por processos histórico-sociais, levando a compreender que a A.D. deve levar em considerações os vários aspectos da sociedade e do contexto.

A A.D. enquanto metodologia nos possibilita observar o contexto em que um documento foi concebido, indo além do que está expresso em sua escrita, e assim, pode-se pensar no conceito de ética que permeia esse procedimento, uma vez que precisa-se encontrar termos para representá-lo sem que altere o que realmente está escrito, mas também não levando em consideração apenas isso.

Da mesma forma, o Discurso Literário não fica ligado apenas aos procedimentos adotados pelo autor, mas também ao contexto sociocultural ao qual está inserido. Segundo Versa e Soares (2014), a A.D. na contemporaneidade possibilita um caminho interpelativo singular e que pode acontecer em textos que anteriormente era restrito a certas áreas e a determinados pertencimentos epistemológicos, o que era o caso da teoria literária. Assim, ainda segundo os mesmos autores o texto de literatura apresenta-se como um objeto de estudo da A.D. uma vez que se trata de uma produção formada por determinados enunciados dentro de um contexto fictício mas com relevâncias socio-históricas.

Observa-se que o texto literário perpassa por uma série de sentidos em que os sujeitos são atravessados por ideologias e um inconsciente,

onde Pêcheux (2008, p.53) afirma que “todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação. É nesse espaço que pretende trabalhar a análise do discurso”. Essa afirmação converge para o que a A.D. afirma de que um sujeito possui uma Formação Ideológica e uma Formação Discursiva, e sabendo que o sujeito é afetado pela formação discursiva em que se inscreve tanto quanto afeta e determina outros sujeitos em seu dizer.

Há alguns conceitos a serem utilizados para tratarmos da análise em obras narrativas de ficção, e dessa forma, para Brandão (2009, p. 06) “podemos definir formação ideológica como o conjunto de atitudes e representações ou imagens que os falantes têm sobre si mesmos e sobre o interlocutor e o assunto em pauta”. Caprioli (2016) afirma que, para Pêcheux, a Formação Discursiva está relacionada com a Formação Ideológica, pelo menos no início:

Chamaremos, então, *formação discursiva* aquilo que, em uma formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina “o que pode e o que deve ser dito” (articulado sob a forma de uma alocução, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) (PÊCHEUX, 1997, p. 160).

Orlandi (2009) defendeu os mesmo conceitos alguns anos depois, o que leva a acreditar que a Formação Discursiva depende do contexto e da Formação Ideológica em que está inserido, e tal contexto determina o que pode ou não ser dito no discurso.

Partindo disto, Silva (2011) mostra que a A.D. trouxe grandes e significantes contribuições para os estudos literários, pois investiga “[...] as condições sociais de produção, funcionamento e de recepção da leitura, principalmente se considerarmos o enfoque de Orlandi (1999), no campo da Linguística, e de Maingueneau (1996), no âmbito da Literatura” (SILVA, 2011, p. 31).

Stafuzza (2011) que vem tratar a A.D.L. da seguinte forma:

O discurso se constitui de dizeres selecionados e ilusoriamente

controlados pelo sujeito, pois em seu jogo de dispersão a lógica da adesão a determinadas formações discursivas pode ser desarticulada, talvez pelo sujeito questionar as suas próprias verdades, talvez pela linguagem (des) governá-lo. A obra literária, por sua vez, não pode ser vista como unidade imediata, certa, homogênea, uma vez que a dispersão dos sentidos no discurso literário permite aos seus dizeres apresentarem-se repetidos, sabidos, esquecidos, transformados, apagados, ocultados. Sob essa perspectiva, não se trata de examinar um corpus como se tivesse sido produzido por certo sujeito, mas de considerar sua enunciação como o correspondente de uma dada posição sócio-histórica na qual os enunciadores revelam-se substituíveis (STAFUZZA, 2011, n.p.).

Ou ainda Maingueneau (2006, p. 49-50), que traz que a Análise do Discurso Literário se trata de um ramo da A.D., sendo os métodos e conceitos mobilizados mediante uma adaptação, mas além disso, se trata de uma disciplina concebida para o estudo da literatura, e somente para esse fim, cujos instrumentos ainda vêm sendo construídos.

A A.D. e os discursos literários se encontram ao considerar o fato literário como discurso, pois a A.D. confere esse termo. Maingueneau coloca que isso possibilita restituir “as obras aos espaços que as tornam possíveis, onde elas são produzidas, avaliadas, administradas” (MAINGUENEAU, 2006, p. 43), ou seja:

[...] remetê-las às suas próprias condições de enunciação, o que implica a consideração do estatuto do escritor associado a seu modo de posicionamento no campo literário; dos papéis vinculados aos gêneros; da relação com o destinatário construída através da obra; dos suportes materiais e dos modos de circulação dos enunciados. Todas essas questões só são possíveis de serem abordadas quando se considera o discurso como enunciação e como instituição, isto é, como vetor de um posicionamento, como prática discursiva de sujeitos socialmente inscritos em condições históricas de produção de sentidos (MUSSALIM, 2011, p. 1456).

Assim, esclarece-se qual é a questão fundamental para a A.D.L., segundo Maingueneau:

[...] sua proposta, como já disse, recusa a indagação “de como ir do texto ao contexto, ou de como ir do contexto ao texto”, na medida em que concebe o texto literário como uma forma de gestão do contexto, ou ainda, como um espaço em que se pode perceber o modo como o escritor gere a constituição e a legitimação de seu posicionamento no campo literário – no interdiscurso, portanto (MUSSALIM, 2011, p. 1465).

O interdiscurso se entende por um elemento que deve ser considerado em toda constituição de análise, sendo trazido à tona na terceira etapa da A.D. por Pêcheux, com a questão da heterogeneidade discursiva.

Existe uma negociação entre a heterogeneidade mostrada na linguagem e a heterogeneidade constitutiva da linguagem em que o sujeito, movido pela ilusão de centro, pela ilusão de ser a fonte do discurso, localiza o outro e delimita o seu lugar (BRANDÃO, 2004, p.42).

Entende-se que a “[...] heterogeneidade constitutiva acontece quando há uma sequência linguística marcada de forma implícita na qual podem ser apreendidas por uma abordagem linguística *stricto sensu*” (MAINGUENEAU, 2008, p. 31).

Na heterogeneidade constitutiva se encontra o interdiscurso, no sentido em que amarra o Mesmo do discurso e seu Outro, sendo uma relação intrincada (MAINGUENEAU, 2008). Assim, os discursos são colocados em relação com outros, posteriormente, não existindo juntos previamente, ou seja, nascem nessa brecha da rede interdiscursiva.

Ainda, para Maingueneau, além do interdiscurso, existem outros dois conceitos que ele postulou a partir dos quais se torna possível analisar o texto literário enquanto discurso, sendo: posicionamento e interlíngua.

O Posicionamento, aqui, se traduz na Formação Discursiva, exposta anteriormente, Mussalim (2011, p. 1458) coloca:

A noção de formação discursiva no interior de um campo discursivo deve ser compreendida como posicionamento, mais precisamente como uma identidade enunciativa forte, um lugar de produção discursiva bem específico no interior de um campo (por exemplo, o discurso modernista no campo da arte no Brasil de tal período). Na verdade, o termo “posicionamento” designa, ao mesmo tempo, as operações pelas quais uma “identidade enunciativa se instaura e se conserva num campo discursivo, e essa própria identidade” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU 2004, p. 392, grifo nosso).

Campo discursivo, segundo Mussalim (2011), deve ser compreendido como conjunto de Formações Discursivas com a mesma função social, divergentes entre si quando se trata do modo pelo qual essa função deve ser preenchida, como por exemplo: “pode-se falar em campo político, filosófico, literário, etc” (MUSSALIM, 2011, p. 1458).

Finalmente, a interlíngua, que Maingueneau (2006) concebe como a interação das línguas e dos registros, ou das multiplicidades de língua que são acessíveis ao autor, no tempo e no espaço, em certa conjuntura. Ou seja, o autor não concebe seu estilo de escrita a partir de sua língua, mas mobiliza a linguagem em função do sentido que intenciona construir na obra, sendo essa linguagem apreendida na pluralidade de registros e línguas existentes. Ao desejar escrever literatura, o autor se submete a um ritual linguístico que implica lidar com as variedades de uma mesma língua, e também com as relações dessa língua com outras passadas e contemporâneas (MUSSALIM, 2011).

E, por tudo explanado, considera-se a A.D.L. uma metodologia viável para analisar obras narrativas de ficção para a representação da informação. O que pode ajudar o profissional a compreender o contexto do livro, em que circunstâncias ele foi produzido, bem como a F.D. e F.I. impostas, mesmo que inconscientemente, pelo autor, fazendo com que a representação seja adequada e a recuperação mais eficiente.

No próximo tópico predente-se tratar qual o papel do profissional que representa a informação quando se depara com um exemplar em sua unidade de informação, de que forma deve agir para que essa obra possa

ser representada da melhor forma e contendo o maior número de informações para que o usuário a recupere. Para, finalmente, observar os resultados e considerar o trabalho construído.

4 O AUXÍLIO DA A.D.L. NA REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO E O PAPEL ÉTICO AO FAZÊ-LO

Acredita-se que a A.D.L., pautada em seus pressupostos e conceitos, pode ajudar a conhecer o texto de melhor forma para que possa ser melhor representado, pois sabe-se que o profissional precisa fazê-lo de forma ética, levando em consideração a regra principal de ser neutro e imparcial, mas que no momento de contato com a obra e seus conceitos, passa a ser responsável por transmitir o que ali está exposto, de forma implícita ou não.

No momento de representar a informação, o profissional se encontra no papel de leitor e receptor, uma vez que precisa ter contato com uma obra e conhece-la, ainda que minimamente, para que possa representar, e para Maingueneau (1996, p. 43) “para abordar um texto, o leitor se apoia em primeiro lugar num conhecimento, por menor que seja, do contexto enunciativo”. O contexto enunciativo envolve noções como código de língua, gênero, relações intra e intertextuais, conhecimento de mundo, experiências prévias de leitura, ou seja, um vasto território de elementos que constrói a forma que o receptor recebe a mensagem, bem como a forma que o emissor passa em sua escrita (SILVA, 2011, p. 34). Esse contexto enunciativo em que o receptor se apoia faz parte do que a A.D.L. compreende para que o profissional possa representar uma informação. O entendimento do contexto enunciativo é importante e fundamental para entender a leitura como “momento crítico da constituição do texto, pois é o momento privilegiado do processo da interação verbal: aquele em que os interlocutores, ao se identificarem como interlocutores, desencadeiam o processo de significação” (ORLANDI, 1999, p. 47-48). Ou seja, o momento de contato com o texto faz com que se tenha compreensão e entendimento do que ali está expresso, como por exemplo, ao conhecer melhor uma obra e analisa-la sob a ótica da A.D.L., pode-se perceber o que o autor queria tratar, mas que não está

escrito de forma explícita, e com a observação de sua formação discursiva e ideológica pode-se extrair do discurso por ele criado, possibilitando uma melhor representação para futura melhor recuperação.

Sabe-se que o bibliotecário cumpre um papel social nas instituições em que atua, e também numa contínua interação com os usuários em busca de informações necessárias para que possa ser bem atendido e ter seus problemas informacionais resolvidos dentro da instituição.

Dessa forma, sua responsabilidade social se traduz principalmente como o dever de gerir informações da melhor maneira possível, oferecendo-as aos usuários com o máximo de qualidade. A postura ética requerida de um profissional da informação, como no caso de um bibliotecário, inclui a busca pelas melhores alternativas para organização, recuperação e disseminação das informações, tendo em vista as necessidades dos usuários com os quais interage e das instituições em que está inserido (ARANALDE, 2005, p. 353-354).

Ainda, existe uma persistência que o bibliotecário deve se tratar de um ser neutro, ou seja, no momento de representar a informação deve-se pensar com neutralidade, para que todos os usuários possam sentir-se contemplados com ela, mas sabe-se que tanto o processo quanto os sistemas de representação não são neutro, uma vez que os idealizadores do sistema, ou até o profissional que o manipula, inserem ali uma visão particular, que reflete posições ideológicas e políticas, além de que “representar conteúdos significa recortar e segmentar, resultando em uma tributação de hipóteses” (GUIMARÃES; PINHO, 2007, p. 2). E por tais motivos, os desvios na representação podem influenciar na recuperação da informação, onde, também, a A.D.L. pode colaborar, pois, se existe a interferência ideológica do profissional que representa, deve-se observar que a metodologia ajudaria a melhor representar, podendo trazer mais precisão no momento de recuperar.

Nesse sentido, a ética na ORC é necessária para que o usuário tenha ciência dos documentos existentes e da diversidade dos assuntos e suas

abordagens. Isso revela que essa atividade não é meramente técnica, como se pensava antes, mas sim intelectual, que exige por parte do profissional uma postura consciente e crítica, além de ser pleno conhecedor do âmbito histórico e social que envolve o conhecimento registrado e socializado (GUIMARÃES; PINHO, 2007, p. 8).

Quando citado, anteriormente, a sigla ORC, se está referindo a Organização e Representação do Conhecimento, a qual é responsável pelos aspectos sociais que permeiam a Representação da Informação, onde este trabalho vem a se encaixar. Como observado na introdução do trabalho, os conceitos de Representação e Organização do Conhecimento e da Informação não são fechados, havendo algumas definições mais bem aceitas e tratadas, sendo uma delas que esclarece que a Organização do Conhecimento acontece em um universo macro, “como a expansão do pensamento e a compreensão dessa expansão refletida nas ciências e representada através dos conceitos que cada área possui” (MARTINS; MORAES, 2012, p. 193). Enquanto a Organização da Informação trata especificamente dos objetos de registro físico e temático, no sentido micro da organização. Uma estando ligada a outra, como os mesmo autores ainda colocam:

A extração temática, representada por termos que especificam o documento (itens informacionais que o individualizam), produz a comunicação do sentido macro do documento (área do conhecimento), como processo subjetivo, através da tradução desse conhecimento em uma unidade linguística que constitui a subjetividade e especificidade desse documento, em meio aos demais, através da representação da informação (MARTINS; MORAES 2012, p. 193).

Ou seja, este trabalho visa demonstrar que a A.D.L. se trata de uma metodologia viável para a representação temática da informação, onde virá a ser organizada e recuperada, processo que a Organização do Conhecimento trata, por ser um processo social.

E, com toda a explanação, pode-se observar que o papel social e ético do profissional da informação no momento de representar pode ser resguardado pela A.D.L., visto que a mesma

tem preocupações quanto à ética do que está expresso nos documentos e tem o interesse de explicitar isso antes da representação para que possa ser feita da melhor maneira, tanto para que a informação seja recuperada com mais precisão, quanto para explicitar qual a formação discursiva e ideológica do autor para com os termos utilizados em sua obra.

Ainda, espera-se que a consolidação desses pressupostos levantados possam ser confirmados em dissertação de mestrado em andamento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que o objetivo proposto de apresentar a A.D.L. como metodologia viável para a representação da informação foi levantado e encontrou resultados positivos, embora a confirmação final venha a ser tratada posteriormente, em dissertação de mestrado, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, processo número: 2016/05842-8. Teve-se a intenção, também, de observar qual o papel ético do profissional responsável pela representação da informação em unidades e como a metodologia trata poderia ajudá-lo nesse processo.

Com as teorias e conceitos levantados, pode-se observar que a A.D.L. se trata de uma metodologia de grande ajuda para os profissionais, uma vez que possibilita a compreensão do contexto em que a obra foi criada, ou como o autor quis passar as informações aos leitores, indo muito além do que está apenas expresso no papel de forma explícita.

Vale ressaltar que o trabalho se propôs a tratar do viés ético da representação da informação e durante o trabalho foram explicitados os motivos, lembrando, então que a representação da informação se trata do termo para o tratamento temático da informação, onde a A.D.L. pretende atuar aqui, enquanto a organização e representação do conhecimento tratam de um contexto mais amplo, tratando diretamente com a expansão do pensamento e o entendimento dessa expansão que se reflete nas ciências e se representa através dos conceitos conhecidos por cada área.

De tal modo, acredita-se que o trabalho cumpriu com os objetivos propostos e servirá de

base para estudos futuros de maior amplitude, tendo a intenção de contribuir positivamente para o crescimento da produção científica e também para a atuação profissional, no que se refere ao contexto ético do profissional para com seus usuários no momento do tratamento dos documentos a serem representados. A ética

profissional passa por um campo extremamente importante, se tratando do compromisso direto com o usuário, pensando sempre em tal compromisso ao tratar seu acervo, de modo que o usuário seja sempre capaz de encontrar tudo que deseja, da forma mais eficiente e eficaz que puder.

Artigo recebido em 24/04/2017 e aceito para publicação em 03/10/2017

LITERARY DISCOURSE ANALYSIS FOR REPRESENTATION OF INFORMATION: ethical bias

ABSTRACT *This is on the assumption that the discursive process is rich in tools to decode the discursive formations in literary discourse, then objectively observe the contribution of Literary Discourse Analysis for the retrieval of information from narrative texts of fiction in information unit, through explanations on the French approach discourse analysis, some important concepts, and also what the ethical role of the professional who plays, as it has committed to represent the best content for your user to retrieve more accurately, in addition to meeting with other ethical issues that the profession imposes. It is known that the Representation and Information Retrieval are processes in micro environment in order to reach the Organization and Knowledge Representation, and that is the universe in which the research fits. The final considerations of this research expected to be found in master's thesis under development.*

Keywords: *Discourse Analysis. Literary Discourse Analysis. Representation of Information. Ethic. Knowledge Organization.*

REFERÊNCIAS

- ARANALDE, M. M. A questão ética na atuação do profissional bibliotecário. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 337-368, jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/viewFile/124/82>>. Acesso em: 15. set. 2016
- BARITÉ, M. G. Organización del conocimiento: um nuevo marco teórico-conceptual en bibliotecología y documentacion. In: CARRARA, K. (Org.). **Educação, universidade e pesquisa**. III Simpósio em Filosofia e Ciências Marília. São Paulo: Unesp-Marília-Publicações, Fapesp, 2001.
- BEGHTOL, C. **The classification of fiction: the development of a system based on theoretical principles**. Metuhen, NJ: Scarecrow Press, 1994, 366 p.
- BRANDÃO, H. H. N. **Introdução a análise do discurso**. 2. ed. rev. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004, 96 p.
- BRANDÃO, H. H. N. **Analisando um Discurso**. Museu da língua Portuguesa, 2009. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/Ciencias.Linguagem/Brandao_AnalisandoODiscurso.pdf>. Acesso em: 02. set. 2016.
- BRASCHER, M.; CAFÉ, L. Organização da Informação ou Organização do Conhecimento? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ENANCIB, 9., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2008. P. 1-14. Disponível em: <http://www.ancib.org.br/media/dissertacao/1835.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2017.
- CAPRIOLI, M.S. **O percurso discursivo da Ciência da Informação por meio do estudo de**

- periódicos da área na década de 1990.** Marília, 2016, 70 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Biblioteconomia) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2016.
- CASTAÑON MORENO, B. Análisis temático documental. **Investigación bibliotecológica**, México, D.F., v. 6, n. 12, p. 4-10, Ene./Jun. 1992.
- CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de Análise do Discurso.** São Paulo: Contexto, 2004, 560 p.
- ESTEBAN NAVARRO, M. A. El marco disciplinar de los lenguajes documentales: la Organización del Conocimiento y las ciencias sociales. **Scire**, Zaragoza, v. 22, n. 2, p. 93-107, jan./jun, 1996. Disponível em: <http://www.iberid.eu/ojs/index.php/scire/article/view/1051&gws_rd=cr&ei=F6nyV7zBGMSOwwS42YyACw>. Acesso em: 15 set. 2016.
- FERREIRA, M. C. L. O quadro atual da análise do discurso no Brasil um breve perambulo. In: FERREIRA, M. C. L.; INDURSKY, F. (Org.). **Michel Pêcheux e Análise do Discurso: uma relação de nunca acabar.** 2. ed. São Carlos: Claraluz, 2007. Cap. 1, p. 13-22.
- FOUCAULT, M. **Arqueologia do saber.** Trad. L. F. Baeta Neves. Petropolis: Vozes, 1971, 264 p.
- GUIMARÃES, J. A. C., MILANI, S. O. M.; PINHO, F. A. Aspectos éticos em organização e representação do conhecimento (ORC): uma análise preliminar de valores e problemas a partir da literatura internacional da área. **Encontros bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf., Florianópolis**, n. 25, 2008. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2008v13n25p124>>. Acesso em: 20 ago. 2016.
- GUIMARÃES, J. A. C.; PINHO, F. A. Desafios da representação do conhecimento: abordagem ética. **Informação & Informação**, v. 12, n. 1, p. 19-39, jul. 2007. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1753>>. Acesso em: 20 ago. 2016.
- GUIMARÃES, J. A. C.; MILANI, S. O.; EVANGELISTA I. V. Valores éticos na organização e representação do conhecimento. **Encontros bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf., Florianópolis**, n. 20, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2015v20nesp1p19>>. Acesso em: 20 ago. 2016.
- GUIMARÃES, J. A. C. A análise documentária no âmbito do tratamento da informação: elementos históricos e conceituais. In: RODRIGUES, G. M.; LOPES, I. L. (Org.). **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação.** Brasília: Thesaurus, 2003. p. 100-118.
- GUIMARÃES, J. A. C. A dimensão teórica do tratamento temático da informação e suas interlocuções com o universo científico da International Society for Knowledge Organization (ISKO). **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 1, p. 77-99, 2008. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/2761>>. Acesso em: 20 set. 2016.
- MAINGUENEAU, D. **Pragmática para o Discurso Literário.** São Paulo: Martins Fontes, 1996, 224 p.
- _____. **Discurso Literário.** Editora Contexto: São Paulo, 2006, 336 p.
- _____. **Gênese dos discursos.** São Paulo: Parábolas Editorial, 2008, 189 p.
- MARTINS, G. K.; MORAES, J. B. E. de. Aspectos sociais na representação da informação: concepção integradora e democratizada a partir do âmbito da organização do conhecimento. In: CAVALCANTE, E.; PINTO, V. B.; VIDOTTI, S. A. B. G. (org.). **Ciência da informação e contemporaneidade: Tessituras e Olhares,** Fortaleza: edições UFC. 2012
- MORAES, J. B. E.; GUIMARÃES, J.A.C. Análisis documental de contenido de textos literarios narrativos: en busca del diálogo entre las concepciones de aboutness/meaning y de recorrido temático/recorrido figurativo. **Scire**, Zaragoza, v.12, n.1, p. 71-83, jan./jun. , 2006. Disponível em: <<http://www.iberid.eu/ojs/index.php/scire/article/view/1586/1558>>. Acesso em: 15 set. 2016.

MORAES, J. B. E. **A questão do aboutness no texto narrativo de ficção:** perspectivas metodológicas para a Ciência da Informação. 93 f. Tese (Livre-docência em Linguística e Documentação) - Departamento de Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências - Unesp, Marília, 2011.

MUSSALIM, F. Análise do discurso literário: campo discursivo e posicionamento na interlíngua. **Anais do VII Congresso Internacional da Abralín**, n.1, 2011. Disponível em: <<http://abralin.org/site/publicacao-em-anais/abralin-curitiba-2011/>>. Acesso em: 24 ago. 2016.

ORLANDI, E. P. A Produção da Leitura e suas Condições. In: BARZOTTO, V.H. (Org.) **Estado de Leitura**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1999.

_____. **Análise de Discurso:** princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2009.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. 3.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, M. **O discurso:** estrutura ou acontecimento. 5.ed. São Paulo: Pontes, 2008.

SABBAG, D. M. A. **Análise documental em textos narrativos de ficção:** subsídios para o processo de análise. 160 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação/ Informação, tecnologia e conhecimento) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2013. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/SABBAG_Deise_Maria_Antonio.pdf>. Acesso em: 05 set. 2015.

SILVA, I. M. M. Leitura literária: contribuições da análise do discurso. **Revista Encontros de Vista**, n. 7, 2011. Disponível em: <http://www.encontrosdevista.com.br/Artigos/artigo_7_04.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2016.

STAFUZZA, G. **Análise do Discurso Literário:** das vozes de Homero em Joyce. Brasil: Appris, 2011, 122 p.

VERSA, C. R.; SOARES, A. S. F. Sujeito e sentido em *O dia em que matei meu pai*, de Mario Sabino. In: PATTI, A. R. et al [Orgs.]. **Textecendo discursos na contemporaneidade**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2014, 421 p.